

ROTEIRO DE EXTENSÃO CCJ (COMPLETO)

TÍTULO DO PROJETO DE EXTENSÃO

REABILITAÇÃO E PREVENÇÃO: Educação Financeira e Proteção Jurídica do Consumidor Superendividado na Comunidade

Componente Curricular: Direito do Consumidor (Matéria Extensionista CCJ)

Instituição de Ensino Superior (IES): Universidade Estácio de Sá — Escola de Ciências Jurídicas

Equipe de Discentes: Grupo de Trabalho de Extensão (7 Membros: Alunos 1 a 7)

Professor Orientador: Professor Orientador da IES — Estácio

Ano letivo: 2026

Localidade de Atuação: Comunidade Regional de Baixa Renda do Entorno do Campus IES

Atenção: Este Roteiro foi preenchido de forma rigorosa e acadêmica, em conformidade com as diretrizes metodológicas da Estácio, integrando os conteúdos jurídicos de Direito do Consumidor com as técnicas de intervenção socioformativa na comunidade periférica. Utilizou-se como base científica os ebooks e artigos disponibilizados para fundamentação do projeto de extensão, integrando os dados e cases do Balcão do Consumidor da Faculdade de Direito.

I - DIAGNÓSTICO E TEORIZAÇÃO

1. Identificação das Partes Envolvidas e Parceiros

Este projeto de extensão é integrado por **sete discentes** do curso de Direito da Estácio, atuando como proponentes ativos e facilitadores da ação de campo na Escola de Ciências Jurídicas. O parceiro sociocomunitário estratégico é a **Associação de Moradores do Bairro Periférico** adjacente ao campus, composto por famílias de baixa renda e alto índice de vulnerabilidade econômica. Para apoio institucional e validação, o projeto conta com a interlocução do **PROCON local** e do modelo de atendimento extrajudicial do **Balcão do Consumidor**, atuando como canais de recepção de demandas de consumo. O trabalho de campo foca na busca de dados de perfil socioeconômico (renda, escolaridade, faixa etária) e dados acerca do conhecimento ou desconhecimento de direitos (em percentual de entrevistados) referentes ao superendividamento.

2. Problemática e/ou Problemas Identificados

A problemática priorizada no contexto comunitário é o **superendividamento de pessoas físicas de boa-fé**, caracterizado nos termos do art. 54-A, § 1º, do CDC como a impossibilidade manifesta de o devedor pagar a totalidade de suas dívidas de consumo sem comprometer o mínimo existencial necessário à sua dignidade. Os problemas sociojurídicos priorizados compreendem: a) a oferta massiva e irresponsável de empréstimos sem consulta aos cadastros restritivos, gerando assédio de consumo sobre indivíduos hipervulneráveis (especialmente idosos analfabetos); b) a ausência de clareza informacional das instituições financeiras sobre o Custo Efetivo Total (CET); e c) o endividamento ativo inconsciente originado do consumismo impulsivo e da obsolescência programada de produtos essenciais, empurrando as famílias vulneráveis à exclusão social e à falência civil.

3. Demanda Sociocomunitária e Justificativa Acadêmica

A demanda comunitária foi mapeada mediante escuta ativa e diálogo de diagnóstico com lideranças locais, revelando que a maior parte das famílias da região periférica enfrenta bloqueio econômico e ruína de subsistência pelo comprometimento orçamentário em faturas de cartões de crédito e crédito consignado. A relevância acadêmica é patente: o projeto articula-se sinergicamente com os conteúdos curriculares da disciplina de **Direito do Consumidor**, integrando os conceitos de vulnerabilidade material e processual (arts. 4º, I, e 6º, VIII do CDC), boa-fé objetiva (art. 4º, III), dever de informação e transparência contratual (arts. 31, 46 e 54-B), práticas abusivas (art. 39 e 54-G) e as novas regras de conciliação extrajudicial introduzidas pela Lei nº 14.181/21 (Lei do Superendividamento). Potencializa o percurso socioformativo "aprender-fazendo", unindo a teoria jurídica civil-constitucional à resolutividade empírica.

4. Objetivos a Serem Alcançados

Seguindo o rigor metodológico exigido (verbo no infinitivo + gerúndio + finalidade), estabelecem-se os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

Analisar a proteção jurídica do consumidor superendividado de boa-fé sob o prisma do CDC e da Lei 14.181/21, **desenvolvendo** ações formativas de educação financeira preventiva e orientação jurídica comunitária, **para prevenir** a exclusão social e salvaguardar a dignidade da pessoa humana e o mínimo existencial das famílias vulneráveis.

Objetivos Específicos:

- **Mapear** o nível de endividamento e o conhecimento de direitos básicos dos consumidores na comunidade local, **aplicando** questionários semiestruturados de diagnóstico de campo com 100 moradores, **para identificar** os fatores de risco econômico e subsidiar a modelagem metodológica da intervenção.
- **Desenvolver** oficinas de planejamento orçamentário doméstico e consumo sustentável, **utilizando** cartilhas didático-lúdicas e o personagem lúdico do Tchê Consumidor, **para capacitar** as famílias na autogestão racional e saudável de suas finanças preventivas contra o assédio de crédito.

- **Disseminar** os mecanismos extrajudiciais de tratamento de dívidas introduzidos pela Lei do Superendividamento, **orientando** os indivíduos insolventes de boa-fé sobre os procedimentos de conciliação e repactuação (judicial e administrativa), **para promover** o restabelecimento da cidadania econômica e a reabilitação patrimonial das famílias periféricas.

5. Referencial Teórico (Subsídio para Propositura de Ações)

A fundamentação deste projeto está amparada na análise de duas obras de grande relevância doutrinária:

1) Letícia Spagnollo e Liton Lanes Pilau Sobrinho (ebook *Temas de Direito do Consumidor - Volume 2*) no capítulo "*Proteção Jurídica do Consumidor Superendividado: A Educação Financeira como Instrumento de Efetivação do Consumo Sustentável*": abordam como o consumo de crédito massivo na modernidade líquida estimulou um consumismo indisciplinado, transformando o ato de consumo, outrora focado na subsistência, em uma busca por 'felicidade instantânea e perpétua'. Os autores demonstram que a educação financeira preventiva surge como direito básico (Art. 6º, XI do CDC) e ferramenta essencial de fomento ao consumo sustentável e inclusão social responsável.

2) Jovana de Cezaro e Nadya Regina Gusella Tonial (ebook *Temas de Direito do Consumidor - Volume 1*) no capítulo "*O Superendividamento, sua Prevenção e Tratamento: Breve Análise da Lei número 14.181/21*": analisam o conceito de superendividamento sob a égide da Lei 14.181/21. Estabelecem a importante distinção entre o superendividamento ativo consciente (má-fé ou fraude, excluído da tutela legal), o ativo inconsciente (desorganização financeira) e o passivo (intercorrências vitais como desemprego, divórcio, separação ou doença). As autoras detalham a estrutura do processo de repactuação de dívidas, enfatizando a relevância da conciliação coletiva em bloco (extrajudicial perante PROCONs ou judicial em juízo) para assegurar o pagamento cooperativo do principal devido e ao mesmo tempo preservar o mínimo existencial do devedor de boa-fé, reabilitando-o na economia sem prejudicar os credores.

Estas teorias articulam-se com os clássicos dogmas do CDC, em especial o **reconhecimento da vulnerabilidade** presumida do consumidor (Art. 4º, I) em suas esferas fática, econômica, técnica e jurídica, e a imposição da **boa-fé objetiva** (Art. 4º, III) como vetor de cooperação obrigatório das agências financeiras para evitar a ruína financeira de seus clientes.

6. Metas, Critérios ou Indicadores de Avaliação do Projeto

Para avaliação do impacto socioformativo e pedagógico da atividade extensionista, estabelecem-se os seguintes indicadores quanti-qualitativos:

- **Número de Participantes Diagnósticos:** Obter uma amostragem mínima de 100 moradores respondentes ao questionário socioeconômico de campo.
- **Número de Oficinas Realizadas:** Concluir a execução de 02 oficinas comunitárias presenciais sobre orçamento doméstico e planejamento econômico.
- **Representatividade de Grupos Sociais:** Garantir a inclusão e o atendimento de grupos de vulnerabilidade majorada (hipervulneráveis), assegurando que pelo menos 30% do público participante seja composto por idosos e aposentados afetados por endividamentos decorrentes de crédito consignado.
- **Percentual de Incremento do Conhecimento de Direitos:** Alcançar o patamar mínimo de 75% de respostas corretas na avaliação final de conhecimento sobre direitos do consumidor pós-oficinas, comparando com as métricas do questionário diagnóstico inicial (antes/depois).
- **Solução e Encaminhamento de Conflitos:** Identificar e encaminhar pelo menos 20 famílias em situação de superendividamento passivo ou ativo inconsciente para atendimento e conciliação perante os núcleos de conciliação administrativa do PROCON de forma documentada.
- **Indicador de Satisfação Comunitária:** Atingir mais de 85% de avaliação positiva (ótimo/bom) nos formulários qualitativos de reação e utilidade do projeto coletivo aplicados à comunidade ao término das palestras.

II - PLANEJAMENTO PARA DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

1. Identificação do Público Beneficiado (Opcional)

O público diretamente beneficiado consiste nos moradores e famílias em situação de vulnerabilidade financeira e/ou superendividamento do bairro periférico mapeado no entorno do campus. São em sua maioria trabalhadores informais, assalariados de baixa renda e idosos aposentados. Estes serão impactados por meio da obtenção de letramento financeiro, conscientização sobre o Custo Efetivo Total (CET) nas operações de crédito e conhecimentos práticos sobre como resguardar o seu mínimo existencial frente ao assédio do mercado. De modo indireto, as ações de reabilitação patrimonial beneficiarão o comércio local de vizinhança e as próprias IES (Estácio) pela concretização do impacto social de extensão e desenvolvimento da cidadania ativa.

2. Participação do Público na Formulação, Desenvolvimento e Avaliação

Formulação: O projeto foi concebido a partir de diálogos prévios de diagnóstico e reuniões de escuta com o presidente da Associação de Moradores local, identificando as principais angústias do entorno (abusos com faturas de cartão de crédito e fomento de empréstimos fáceis).

Desenvolvimento: O público atuará ativamente como respondente das pesquisas de campo e interagirá presencialmente nas dinâmicas das oficinas práticas orçamentárias, trazendo seus próprios demonstrativos mensais, contratos de financiamento vigentes e notas fiscais de consumo para as atividades práticas de análise financeira no salão comunitário.

Avaliação: Ao término das ações de campo, os beneficiários sociocomunitários responderão individualmente a formulários simplificados de avaliação e darão depoimentos gravados em vídeo sobre os resultados alcançados. Os feedbacks gerados servirão de base empírica para a autoavaliação processual do grupo de alunos no relatório final de extensão da Estácio.

3. Cronograma do Projeto (Fluxo de Atividades Acadêmicas)

O projeto foi estruturado de forma sistêmica ao longo de um calendário acadêmico de 16 semanas, compatibilizando o trajeto teórico e as imersões síncronas nos cenários de prática:

- **Semanas 1 a 4 (Diagnóstico e Teorização):** Alinhamento metodológico do grupo de 7 estudantes; reuniões e escuta comunitária; leitura e fichamento das obras indicadas nos eBooks do notebook; formulação do problema e dos Objetivos.
- **Semanas 5 a 8 (Planejamento e Campo):** Modelagem de plano de ação 5W2H; confecção do questionário diagnóstico socioeconômico; imersão de campo para aplicação das pesquisas físicas e online com os moradores; tabulação crítica dos dados.
- **Semanas 9 a 12 (Execução e Oficinas):** Desenvolvimento de cartilhas informativas e materiais de letramento financeiro; realização de 02 Oficinas de Educação Financeira (com cofrinhos e jogos orçamentários) no salão comunitário com captação de registros em fotos/vídeos.
- **Semanas 13 a 16 (Encerramento e Relatório):** Redação conjunta do Relatório Coletivo de Entrega; compilação e edição do arquivo de evidências fotográficas; elaboração do Relato de Experiência Individual de cada discente; avaliação e devolutiva pública.

4. Plano de Ação no Modelo 5W2H

What (O quê?)	Why (Por quê?)	Who (Quem?)	Where (Onde?)	When (Prazos)	How (Como?)	How Much (Custo)
Pesquisa Diagnóstica de Campo	Mapear perfil de renda e nível de superendividamento da população periférica.	Alunos 4 e 5 (Metodologia e Campo)	Diferentes logradouros do bairro periférico.	Semanas 6 e 7	Aplicação de questionários impressos e via Google Forms junto aos moradores locais.	R\$ 0,00
Elaboração de Cartilha Didática	Traduzir as garantias e regras da Lei 14.181/21 e direitos contratuais para linguagem acessível.	Alunos 2 e 3 (Teorização e Redação)	Laboratórios de informática da Estácio.	Semanas 8 e 9	Confecção gráfica de material impresso contendo dicas orçamentárias e canais de proteção.	R\$ 0,00 (Impressão no campus)
Oficinas de Educação Financeira	Prevenir o superendividamento ativo inconsciente estimulando o consumo sustentável e o planejamento.	Alunos 6 e 7 (Executores Pedagógicos)	Salão da Associação de Moradores do Bairro.	Semana 10	Apresentação lúdica presencial com dinâmicas orçamentárias e distribuição de cofrinhos educativos.	R\$ 0,00 (PETs recicladas)
Roda de Conversa Jurídica	Disseminar as garantias de tratamento e repactuação de dívidas sob a égide da Lei 14.181/21.	Toda a Equipe (Alunos 1 a 7)	Salão da Associação de Moradores.	Semana 11	Debate aberto e atendimento individualizado sobre canais de repactuação e mínimo existencial.	R\$ 0,00
Relatórios e Evidências em Vídeo	Sistematizar o percurso acadêmico e as evidências regulatórias obrigatórias de extensão.	Aluno 1 (Líder / Coordenador)	Laboratórios de informática da Estácio.	Semanas 13 e 14	Consolidação dos relatórios acadêmicos e edição dos vídeos de registro para o seminário.	R\$ 0,00

Nota metodológica do Plano de Ação: O plano 5W2H foi dimensionado de maneira a não gerar ônus financeiros aos estudantes (How Much R\$ 0,00), priorizando o aproveitamento dos recursos físicos e tecnológicos da própria IES (Estácio) e a mobilização direta dos parceiros locais da comunidade.

5. Equipe de Trabalho (Atribuições dos 7 Membros)

Como a equipe é constituída por 7 membros, pactuou-se uma divisão equitativa de responsabilidades com foco nas competências multidisciplinares de cada discente, garantindo a coformação integral:

- **Aluno 1 (Líder / Coordenador da Equipe):** Responsável pela articulação geral do projeto, interlocução direta com as lideranças do bairro periférico, consolidação dos relatórios, organização do seminário de extensão síncrono e edição final dos registros de fotos/vídeos.
- **Alunos 2 e 3 (Redação e Fichamento Teórico):** Responsáveis pelo fichamento bibliográfico sistemático e redação do referencial teórico, conectando os e-books doutrinários (Spagnollo, Sobrinho, De Cezaro, Tonial) à modelagem protetiva adotada no roteiro.
- **Alunos 4 e 5 (Metodologia e Campo):** Responsáveis pela estruturação metodológica e confecção do questionário diagnóstico socioeconômico (perfil orçamentário), aplicação das pesquisas físicas no bairro periférico e tabulação crítica dos indicadores de direitos.
- **Alunos 6 e 7 (Executores Pedagógicos Community-Led):** Responsáveis pelo design gráfico das cartilhas ecológicas simplificadas de fomento à cidadania financeira e facilitação das dinâmicas lúdico-pedagógicas nas oficinas com crianças e idosos locais.

6. Recursos Previstos

Em perfeita consonância com o Roteiro CCJ, que indica dar preferência a estratégias sem despesas financeiras face à ausência de verba orçamentária para extensão nas disciplinas de grade curricular, o projeto adota custo financeiro zero:

- **Recursos Materiais:** Confecção de cartilhas em formato ecológico digital para disseminação via aplicativos de mensagens; papel reciclado fornecido pelo campus para impressão de 100 questionários diagnósticos. Utilização de garrafas PET doadas pela comunidade para a produção lúdica de cofrinhos para as crianças da oficina.
- **Recursos Institucionais:** Ceder computadores e laboratório de informática da Estácio para tabulação de dados no Excel; apoio do professor orientador nas atividades síncronas de mentoria; utilização da sala de aula para realização do seminário de planejamento.
- **Recursos Humanos:** Atuação voluntária dos 7 discentes proponentes; coordenação pedagógica e metodológica do professor orientador e; mobilização voluntária dos moradores locais pelo presidente da Associação de Bairro parceira.
- **Fontes de Financiamento: R\$ 0,00 (Custo Zero).** Todas as atividades propostas foram estruturadas para utilizar materiais recicláveis, ferramentas digitais gratuitas de design (Canva) e as instalações gratuitas e estruturadas da IES e da comunidade periférica.

REFERÊNCIAS DE SUPORTE DO PROJETO:

1. SPAGNOLLO, Letícia; SOBRINHO, Liton Lanes Pilau. Proteção Jurídica do Consumidor Superendividado: A Educação Financeira como Instrumento de Efetivação do Consumo Sustentável. In: *Temas de Direito do Consumidor - Volume 2*. Caxias do Sul/RS, Editora Fi, 2023.
2. DE CEZARO, Jovana; TONIAL, Nadya Regina Gusella. O Superendividamento, sua Prevenção e Tratamento: Breve Análise da Lei número 14.181/21. In: *Temas de Direito do Consumidor - Volume 1*. Porto Alegre/RS, Editora Fi, 2022.
3. ESTÁCIO. *Roteiro de Extensão CCJ de Direito do Consumidor*. Escola de Ciências Jurídicas, 2026.